

**Alunos que pretendam usufruir de um destes Estatutos / Regimes, desde que reúnam as condições necessárias**

Descrição	Como Requerer	Datas para Requerer	Regalias	Legislação Aplicável	
Estudante a Tempo Parcial (inscrito até 45 ECTS)	Impresso próprio da ESEC	- no acto da inscrição - ou até um mês após	As previstas na legislação aplicável	Despacho 1431/2011, de 17/1	
Trabalhador-Estudante (1)		- no acto da inscrição - ou até um mês após - para os contratos a iniciar no decorrer do ano lectivo, o aluno dispõe de um mês para requerer o Estatuto		- Lei 7/2009, de 12/2 - Lei 105/2009, de 14/9 - Lei 35/2004, de 29/7	- artº 89 a 96º - artº 12º - artº 155º e 156º
Dirigente Associativo		- no acto da inscrição - ou no prazo de 30 dias úteis após tomada de posse		Lei 23/2006, de 23/6	artº 24º e 25º
Praticante de Alta Competição		Pelo Instituto de Desporto no início de cada ano lectivo		- DL 125/95, de 3/5 alt. por - DL 123/96, de 10/8	artºs 11º a 17º
Pai e Mãe Estudante		nos termos da legislação		Lei 90/2001, de 20/8	artº 2º e 3º
Bombeiro		- no acto da inscrição - ou até um mês após		- DL 241/2007, de 21/6 alt. por - Lei 48/2009, de 4/8	artº 6º
Militar		- no acto da inscrição - ou até um mês após		- DL 320-A/2000, de 15/12 alt. por - DL 118/2004, de 21/5	artº 2º, 3º e 6º do anexo
Estudante com Necessidades Educativas Especiais		- no acto da inscrição - ou até um mês após		Regulamento aprovado em 5/3/2008	
Praticante de Confissões Religiosas		- no acto da inscrição - ou até um mês após		- Portaria 947/87, de 18/12 - Lei 16/2001, de 226	- artº 1º e 4º - artº 14º

O pedido é feito anualmente, independentemente de já terem beneficiado no ano lectivo anterior

A atribuição do Estatuto produz efeitos a partir da data do requerimento, desde que verificadas as condições exigidas para o efeito.

(1) Artigo 156.º – Cumulação de regimes

O trabalhador-estudante não pode cumular perante o estabelecimento de ensino e o empregador os benefícios conferidos no Código do Trabalho e neste capítulo com quaisquer regimes que visem os mesmos fins, nomeadamente no que respeita à inscrição, dispensa de trabalho para frequência de aulas, licenças por motivos escolares ou prestação de provas de avaliação.